

A CONCEPÇÃO DE ALGUNS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA SOBRE O CURRÍCULO ESCOLAR: POR UM ENSINO EMANCIPATÓRIO.

Sara Betania de Souza Silva

Universidade Federal da Bahia, sara-betania@hotmail.com

Introdução (justificativa implícita, e, objetivos),

O trabalho a ser apresentado é parte da pesquisa (em andamento) de dissertação do Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia/UFBA e tem como objetivo principal despertar a reflexão sobre a concepção de currículo presente nas escolas públicas de Feira de Santana. Para tanto, tem-se o currículo escolar como um dispositivo importante para se potencializar o processo de construção do pensamento emancipatório.

Buscou-se nesse estudo ouvir, por meio de entrevista individual semiestruturada, alguns professores de três escolas públicas do município feirense. Além dos professores, pretendeu-se também incluir nessa conversa, por intermédio da pesquisa bibliográfica, alguns estudiosos que pesquisam as temáticas: currículo escolar (YOUNG, 2010 e MACEDO, 2017; 2013) e emancipação social (SANTOS, 2007).

Tal discussão foi norteadada com base no seguinte questionamento: qual a concepção de currículo segundo os professores da rede Municipal de Feira de Santana? Esse questionamento parte das experiências vivenciadas pela autora deste texto que, na condição de Professora da Rede Municipal de Feira de Santana, percebe a necessidade de provocar a discussão em que o currículo e a emancipação social estejam imbricados no espaço escolar.

Metodologia

O estudo desenvolvido insere-se numa abordagem qualitativa apoiado nos estudos de Minayo (2007), que considera a pesquisa qualitativa em seu universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes e que aproxima-se a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalizações variáveis.

Desse modo, as relações pessoais (pesquisador/pesquisados) desenvolvidas nesse presente estudo ocorreram em três escolas da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana.

A escolha por essas unidades de ensino se deu pelo fato de que no quadro de professores dessas escolas a maior parte são efetivos. Tal ressalva se faz importante já que existem, na referida rede municipal, muitos estagiários assumindo regência em sala de aula. E, como o objetivo deste trabalho é o de compreender a concepção de currículo dos professores, foi necessário buscar escolas com maior número de efetivos, pois muitos dos estagiários que encontram-se assumindo regência ainda estão iniciando seu processo de formação.

No primeiro momento do estudo foram realizados o levantamento e a análise bibliográfica dos autores que contribuíram na discussão e nas análises iniciais da pesquisa em andamento. Depois, foi utilizado entrevistas individuais semiestruturadas, como instrumento de coleta de dados, para se buscar chegar ao objetivo da pesquisa.

A esse respeito Minayo (2007), considera que a entrevista pode oferecer indicadores adequados às variáveis em exame, além de propiciar que os entrevistados expressem-se com clareza, e aplicando a essa investigação, e que exponham de forma aberta e livre suas concepções e entendimentos sobre o currículo escolar.

Resultados e Discussão (apresentar os resultados das análises iniciais - quando tratar-se de pesquisas em andamento)

A discussão a seguir será desenvolvida por dois autores no campo do Currículo que estarão, nessa breve conversa, argumentando sobre a concepção de currículo e apresentando os caminhos e as possibilidades para a construção ou reconstrução de um ambiente escolar como campo de emancipação social.

Numa primeira aproximação ao conceito de currículo, algumas das educadoras da escola pública de Feira de Santana, ao serem entrevistadas sobre como conceituam o currículo nas organizações educacionais revelam que diz respeito ao conjunto de conhecimentos escolhidos com a função formativa.

Aliás, foi dessa forma que uma das professoras entrevistadas definiu o currículo escolar de forma enfática: “o currículo nos aponta o caminho da aprendizagem que queremos para os nossos alunos”. Esse conceito se assenta na ênfase dada a arquitetura do currículo ou, dito de outra forma, a “grade curricular” em que, na maioria das vezes, já chega pronto a ser desenvolvido nas escolas, pelos professores.

Sobre esse aspecto, o Psicólogo e Professor Roberto Sidnei Macedo¹ (2017, p. 18) afirma que estamos vivendo “num *ethos* e num *habitus* sociopedagógico de currículo que dá preferência ao modelo, as coisas e ao sistema pré-montado, em detrimento das pessoas, de suas demandas formativas, referências culturais e históricas”. E acrescenta que o currículo enquanto construção social “atualiza-se – os atos de currículo - de forma ideológica e, neste sentido, veicula ‘uma’ formação ética, política, estética e cultural” (2017, p. 25).

Na afirmação do referido autor os sujeitos históricos cumprem papel fundamental na constituição de currículo, pois são coautores sociais, mas não o fazem descolados das circunstâncias históricas, sociais e culturais. Nessa perspectiva, Macedo entende currículo como um “produto das relações e das dinâmicas interativas, vivendo e instituindo poderes” e descreve que o currículo é considerado campo de disputa de poder e de interesse na busca de se posicionarem seja em prol a manutenção das tradições ou para romperem com esta tradição e instituírem relações sociais de tipo novo, transformando pessoas e circunstâncias históricas (2017, p. 25).

Dialogando com essa afirmação, o Sociólogo Michael Young² (apud GALIAN e LOUSANO, 2010, p.20) comenta que “apesar dos interesses sociais estarem implícitos, se só tem uma abordagem focalizada nos interesses, não são fornecidos os critérios independentes para o currículo, mas somente os interesses competitivos”.

A escola, sobretudo a pública, está mergulhada nesse jogo de interesses implícitos que existem embutidos nos currículos. Tal concepção denota que, nesses processos de construções de saberes, os sujeitos são guiados para uma formação política, social e cultural organizada a partir de conhecimentos seletivos.

O relato de uma das professoras entrevistadas evidencia que existe uma preocupação em cumprir o que está posto: “o que quero é que meus alunos aprendam o que está no currículo, não abro mão das minhas responsabilidades”. Ao se posicionar, essa educadora deixa evidente que seu compromisso com o ensino e com o aprendizado dos alunos é crível, tal postura é louvável, mas é preciso avançar um pouco mais.

A percepção de que o currículo, não seja dado, mas construído com a participação dos atores sociais (MACEDO, 2013) dever estar presente na prática dos educadores,

¹ Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia/UFBA, Psicólogo, Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Paris VIII. Coordenador do Grupo de Pesquisa FORMACCE em Aberto.

² Sociólogo britânico, ativista social e político que cunhou o neologismo “meritocracia”. Michael F. D. Young é Doutor honoris causa pela Universidade de Joensuu (Finlândia). Professor titular da Universidade de Londres e da Universidade de Bath.

sobretudo dos que atuam na escola pública. Mas, ainda é preciso pensar que esses sujeitos devem ter acesso a uma base sólida de conhecimentos que permita ao aluno conhecer o mundo em que vive e “serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares” (YOUNG, 2014, p. 4).

Young (2014), em seus estudos, chama a atenção de que a definição do que vai ser ensinado nas escolas tem um propósito definido. Por conta disto, é que cabe ao educador e todos os responsáveis pela educação problematizar tais escolhas: O que está sendo ensinado nas escolas públicas? Quais saberes têm sido construídos, a partir o currículo? São questões que devem fazer parte das discussões de quem debate o tema.

A esse respeito, Boaventura Souza Santos³ (2007) considera que é possível constatar mecanismos de exclusão e de controle que permeiam o cotidiano escolar, nos mais diversos espaços e tempos escolares e sugere a consolidação de um projeto educacional emancipatório, tal percepção também pode se relacionar a proposta curricular.

O estudo de Santos evidencia que falar em emancipação é tratar de dignidade e respeito e encaminhar a discussão para o processo de constituição social desigual e injusto e assevera que “não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos” (SANTOS, 2007, p. 40).

Se Macedo (2013) concebe o currículo como construção social incessante e interessada, como lugar de disputas e conflitos, Young (2014) acredita que o ponto central a ser discutido é o conhecimento nos estudos do currículo. Ambos concordam que existe uma intencionalidade no currículo que não se expressa, mas que representa a relação de poder e de interesses.

Essa relação de poder deve ser explicitada no contexto escolar. Da mesma forma, articular o currículo à emancipação constitui uma postura política do educador, que não concebe uma prática pedagógica neutra ou acrítica na relação e interação com os alunos.

Com Santos (2007) entende-se que o conhecimento emancipa e torna o sujeito autônomo. Nessa perspectiva, o autor sugere um conhecimento que agregue o saber científico e o saber popular. Segundo ele, o conhecimento moderno é sustentado por uma epistemologia técnica monocultural, denominada de razão eurocêntrica ou indolente, que coloca o saber científico como único. E propõe a “ecologia dos saberes, que postula um

³ Boaventura de Sousa Santos nasceu em Coimbra. Doutorado em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (1973), é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Temas de pesquisa: Epistemologia, sociologia do direito e outros

diálogo do saber científico com o saber popular e laico, [...] com o saber das populações urbanas marginais” (p.32).

Conclusões

É perceptível que o pensamento moderno ainda se mantém na sociedade atual, prova disto é como o currículo ainda é concebido por alguns professores e como ele se revela de forma restrita e excludente.

Tendo por inspiração os estudos de teóricos que se debruçam sobre os estudos sobre currículo, é aparente que este deve ser constituído como construção social resultante de interações dos atores sociais em suas práticas, suas experiências e suas vivências.

Não se pode perder de vistas também o valor que há no conhecimento para tornar o sujeito autônomo. Por conta disto, se faz necessário problematizar e questionar o que se tem ensinado nas escolas, visando perceber as implicações destes saberes no processo formativo dos sujeitos.

Dessa forma, conceber um currículo em que haja justiça cognitiva entre os saberes, se faz urgente. Para tanto, é preciso pensar numa proposta curricular em que a classe dos menos favorecidos, que frequentam as escolas públicas, possa ter acesso ao conhecimento que oportunize a compreensão do mundo em que vivem e, com isso, possa ter autoridade para ir além das circunstâncias que historicamente lhe foram determinadas.

Referências:

GALIAN, Claudia Valentina Assumpção; LOUZANO, Paulo Baptista Jorge. **Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no “conhecimento dos poderosos” à defesa do “conhecimento poderoso”**. São Paulo, SP: Educação e Pesquisa, v. 40, n. 4, p. 1109-1124, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n4/16.pdf> acesso: 04/01/2017.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. 7ª Edição atualizada - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. **Atos de Currículo e Autonomia Pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. 157p.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.



SANTOS, Boaventura Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

YOUNG, Michael. **Os estudos do currículo e o problema do conhecimento:** atualizar o iluminismo? In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lucia Bueno. **Curriculo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência.** Salvador, BA: EDUFBA, 2010.